

REFORMAS EDUCACIONAIS E POLÍTICAS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO

BÁSICA: prenúncios e evidências para uma resistência ativa

REFORMAS EDUCACIONALES Y POLÍTICAS CURRICULARES PARA LA EDUCACIÓN

BÁSICA: preanuncios y evidencias para una resistencia activa

EDUCATIONAL REFORMS AND CURRICULAR POLICIES FOR BASIC EDUCATION:

foreshadowing and evidence for active resistance

Jani Alves da Silva Moreira¹

Resumo: O presente texto refere-se a um ensaio crítico e contextualizado que aborda o contexto histórico, político e econômico aonde se delineiam e se ajustam as atuais reformas educacionais. O propósito é compreender as atuais reformas educacionais a fim de delinear as suas ameaças, evidenciar as constatações e destacar a necessária resistência ativa para o enfrentamento na construção das atuais políticas educacionais. Apresentam-se as proposições metodológicas à luz do Materialismo Histórico ao conceituar Homem, Educação, Política e Estado e Luta de Classes para então, assimilar a conjuntura histórica, política, econômica e social vigente, a fim de assentar o debate da reforma educacional e as políticas curriculares produzidas no tempo presente. Por conseguinte, elucida-se sobre os aspectos dessa reforma educacional a fim de respondermos o que representa e as implicações da aprovação de uma Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica (BNCC) em um contexto de crise política e econômica em iminência no país.

Palavras-Chave: Reformas Educacionais; Políticas Educacionais; Políticas Curriculares; Resistência Ativa; BNCC

Resumen: El presente texto se refiere a un ensayo crítico y contextualizado que aborda el contexto histórico, político y económico donde se delinean y se ajustan a las actuales reformas educativas. El propósito es comprender las actuales reformas educativas a fin de delinear sus amenazas, evidenciar las constataciones y destacar la necesaria resistencia activa para el enfrentamiento en la construcción de las actuales políticas educativas. Se presentan las proposiciones metodológicas a la luz del Materialismo Histórico al conceptualizar Hombre, Educación, Política y Estado y Lucha de Clases para entonces, assimilar la coyuntura histórica, política, económica y social vigente, a fin de asentar el debate de la reforma educativa y las políticas curriculares producidas en el tiempo presente. Por lo tanto, se dilucide sobre los aspectos de esa reforma educativa a fin de responder lo que representa y las implicaciones de la aprobación de una Base Nacional Común Curricular para la Educación Básica (BNCC) en un contexto de crisis política y económica en inminencia en el país.

Palabras clave: Reformas Educativas; Políticas Educativas; Políticas Curriculares; Resistencia Activa; BNCC

Abstract: The present text refers to a critical and contextualized essay that approaches the historical, political and economic context where the current educational reforms are delineated and adjusted. The purpose is to understand the current educational reforms in order to delineate their threats, highlight the findings and highlight the necessary active resistance to confrontation in the construction of current educational policies. The methodological propositions are presented in the light of Historical Materialism in conceptualizing Man, Education, Politics and State and Class Struggle to assimilate the current historical, political, economic and social conjuncture in order to settle the debate on educational reform and curricular policies produced in the present time. Therefore, it elucidates the aspects of this educational reform in order to respond to what it represents and the implications of the approval of a National Curricular Common Base for Basic Education (BNCC) in a context of imminent political and economic crisis in the country.

Keywords: Educational Reforms; Educational Policies; Curriculum Policies; Active Resistance; BNCC

Introdução

O texto tem como intuito discutir sobre as reformas educacionais atuais, em especial, no que se refere às mudanças nas políticas curriculares para a educação básica. Trata-se de um ensaio crítico no qual se optou por, primeiramente, problematizar o contexto histórico, político e econômico aonde se delineiam e se ajustam essas reformas. O intuito é compreender as atuais reformas educacionais a fim de delinear as suas ameaças, evidenciar as constatações e destacar a necessária resistência ativa para o enfrentamento na construção das atuais políticas educacionais.

Para dar conta da abrangência que envolve o tema, algumas proposições metodológicas se fazem necessárias ao apreender o contexto educacional. Parte-se da premissa que os Homens são produzidos a partir das suas relações sociais, metabolizados no interior das relações mediadas pelo modo de produção da sociedade capitalista. O homem se produz e se autoproduz na vida cotidiana, ao mesmo tempo em que as relações sociais entre os homens determinam a vida em sociedade. São as contradições sociais engendradas no cotidiano de nossas vidas que produzem a história e o sujeito social, elementos indissociáveis e constitutivos, sendo, portanto, imanentes do processo de formação do “ser humano-genérico”, do ser social².

Os homens sendo condicionados pelo desenvolvimento das forças produtivas estabelecem entre si relações sociais e políticas, que também são determinadas historicamente, tais como: a produção das ideias, da linguagem e as representações da consciência que estão ligadas às atividades do trabalho e das relações produzidas no e pelo mundo do trabalho. Como enfatizam Marx e Engels:

[...] a moral, a religião, a metafísica e todo o restante da ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, perdem logo toda a aparência de autonomia. Não tem história, não têm desenvolvimento; ao contrário, são os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, **transformam, com a realidade que lhes é própria, seu pensamento e também os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência** (MARX; ENGELS, 1986, p. 19-20. Grifos nossos).

Considera-se que a Educação e as reformas educacionais pensadas em tempos distintos, são produtos dos próprios pensamentos dos homens em sociedade. Por Educação, cabe aqui considerá-la como o processo de produção e assimilação do conhecimento produzido pelos homens em determinados contextos históricos e culturais, materializada como uma instituição social em unidades escolares, Universidades, espaços de processos escolares formais e não formais (CALEGARI-FALCO; MOREIRA, 2017). Com o modo de produção capitalista e instituída a sociedade de mercado, um conjunto de relações que constituem a estrutura da sociedade capitalista levantou-se como necessária para organizar a ordem produtiva: “[...] uma imensa e complexa superestrutura representada pelas formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas, em resumo pelas formas ideológicas” (SAVIANI, 2017, p. 222).

Ao entender esse contexto de produção da instituição escola, retomamos historicamente que a ideologia liberal, sob o lema liberdade, igualdade e fraternidade e, acima de tudo, o direito à propriedade; proclamou o grito a favor da democracia na Revolução Francesa³. E para que o governo democrático instituisse uma soberania popular adequada aos seus anseios, surgiu na França a escola pública como um

paliativo, encoberta por uma “cortina de fumaça” para acalmar os ânimos da classe trabalhadora. A educação nasce como o braço para a disputa das ideias políticos da burguesia, os liberais franceses:

Mas, para exercer a soberania, para se tornar governante ou, pelo menos para ser capaz de escolher e controlar quem governa, os membros da população precisam ser educados. **A escola surge então, como o grande instrumento da ordem burocrática**, difundindo-se a ideia de “escola redentora da humanidade”, sob a égide desencadeia-se a campanha pela escola pública, universal, obrigatória, gratuita e laica viabilizada, em cada país, pela organização do respectivo sistema nacional de ensino (SAVIANI, 2017, p, 223. Grifos nossos)

Diante desse processo “revolucionário”, nasceu uma política educacional que dispôs as bases para a organização de uma educação liberal francesa na concepção pedagógica tradicional, com um currículo pensado pelos liberais e adequado para a instrução de trabalhadores necessários ao desenvolvimento da mão de obra ao processo de industrialização que batia às portas no país. A instrução na França pautou-se na razão, na moral e no cientificismo, fornecendo assim as bases para o modelo de formação de professores no mundo moderno:

Se a economia do mundo do século XIX foi construída principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram constituídas fundamentalmente pela Revolução Francesa. A Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, [...]; mas foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas ideias, a ponto de bandeiras tricolores de um tipo ou de outro terem-se tornado o emblema de praticamente todas as nações emergentes, e as políticas europeias (ou mesmo mundiais), entre 1789 e 1917, foram em grande parte lutas a favor e contra os princípios de 1789, ou os ainda mais incendiários princípios de 1793. **A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo.** A França deu o primeiro grande exemplo, o conceito e o vocabulário do nacionalismo. A França forneceu os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países. **A Ideologia do mundo moderno atingiu, pela influência francesa, as antigas civilizações que até então resistiam às ideias europeias. Esta foi a obra da Revolução Francesa** (HOBSBAWM, 1996, p.07. Grifos nossos).

Outra proposição a considerar em nossas análises é o conceito de Política enquanto sinônimo de disputa de poder. A política ou as políticas não são apenas as ações que emanam do Estado, mas devem ser entendidas como um processo político que envolve negociações na arena de luta das classes antagônicas, exigindo contestação e disputa entre grupos com interesses adversos. “Política deve ser entendida como processo mais do que produto” (MOREIRA, 2015, p. 28). Já na literatura, ou no campo do conhecimento na área da Educação, a política refere-se ao estudo voltado para a compreensão de “[...] uma atividade ou conjunto de atividades, que de alguma forma ou de outra são imputada ao Estado moderno capitalista ou dele emanam” (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2002, p. 07).

Por conseguinte, Política é o processo em que o Estado exerce o seu poder e controle no campo da ordenação, planejamento, legislação, todavia, havendo consentimento ou não (MOREIRA, 2015). Como também confirma Souza:

[...] a política se traduz predominantemente **na luta por poder**, e a tensão em conquista-lo, mantê-lo e ampliá-lo compõe **o contexto dos conflitos que ganham espaço na relação entre as demandas sociais por educação e o posicionamento do Estado diante destas demandas, seja atendendo-as ou não**. Esta leitura sobre a política e suas decorrências na consagração e efetivação do direito à educação, compõe o campo de investigação das políticas educacionais (SOUZA, 2015, p. 76. Grifos nossos)

Considera-se ainda que a política enquanto processo político “[...] é concebido como resultado de conflitos entre classes e frações de classes, e a crise aparece como resultado do aguçamento desses conflitos” (BOITO Jr, 2016, p. 25). Isto posto, o conceito de luta de classes está expresso nesse contexto de forma mascarada e às vezes dissimulada, gerado também por um contexto distributivo de classe, como ressalta o autor:

Contudo, entendemos que a causa principal da crise foi o conflito distributivo de classe. O pesado ajuste fiscal para assegurar ao capital rentista o pagamento dos juros da dívida, a abertura e a privatização da economia brasileira para atender ao capital internacional e os cortes de direitos trabalhistas e sociais são os principais objetivos do governo interino e, correlatamente, o principal motivo da mobilização contra o golpe de Estado institucional (BOITO Jr, 2016, p. 26)

Ao explicitar as premissas conceituais Homem, Educação, Política e Estado e luta de classes, no que tange ao tema a ser debatido aqui, faz-se necessário também assimilar a conjuntura histórica, política, econômica e social vigente, a fim de assentar o debate da reforma educacional e as políticas curriculares produzidas no tempo presente. Para então, elucidar os aspectos dessa reforma educacional a fim de respondermos o que representa e as implicações da aprovação de uma Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica em um contexto de crise política e econômica em iminência no país.

Que tempos são esses?

Vivemos tempos bicudos⁴, tempos sombrios. Parafraseando Bertold Brecht (2005), que tempos são esses em que se faz necessário defender o óbvio? Brecht escreve essa expressão no poema “Aos que vieram depois de nós” (traduzido por Manuel Bandeira). Eis o excerto:

“Realmente, vivemos tempos muito sombrios”!
A inocência é loucura. Uma frente sem rugas
denota insensibilidade. Aquele que ri
ainda não recebeu a terrível notícia
que está para chegar.

Que tempos são estes, em que
é quase um delito falar de coisas inocentes.
implica silenciar tantos horrores! [...] (BRECHT, 2005)

Estamos a vivenciar um contexto onde a todo o momento é preciso estar vigilante para acompanhar as mudanças que ocorrem na política nacional, muitas vezes, na surdina, na calada da noite ou ainda em momentos de dispersão nacional⁵ são aprovados proposições que estão a colocar em risco o Estado Democrático de Direito. Desde que se instituiu o governo provisório de Michel Temer (12 de maio de 2016 até a presente data), em meio ao golpe político, jurídico e midiático⁶ instalado no Brasil, arriscamos acompanhar as notícias na mídia e nas redes sociais, as mudanças ocorridas e que desencadearam um processo de reformas ultraliberalizantes e conservadoras no âmbito da educação, conforme se pode visualizar na síntese apresentada no Quadro 01:

Quadro 01 - Reforma em andamento: conjunto de algumas medidas instituídas na Educação Pública, no período 2015 a 2018

Síntese de algumas medidas instituídas na Educação Pública (2015 a 2018)
<p>12/05/2016: Extinção de Ministérios voltados para a luta dos Movimentos Sociais por meio da MP 726/2016.</p> <p>25/05/2016: Novo Ministro da Educação, Mendonça Filho, recebe Alexandre Frota, conhecido por ter feito filmes pornô, e Marcello Reis, fundador do Revoltados Online, para discutir propostas para a pasta.</p> <p>02/06/2016: Aprovação no Senado Federal da mudança de regra de partilha do Pré-Sal e discurso de posse do novo diretor da Petrobras, Pedro Parente, que declara não ver necessidade de o Brasil ser detentor da exclusividade de exploração do petróleo.</p> <p>08/09/2016: PEC nº 31/2016 – Prorrogou até 2023 a permissão para que a União utilize livremente parte de sua arrecadação - a Desvinculação de Receitas da União (DRU); ampliando seu percentual de 20% para 30% de todos os impostos e contribuições sociais federais. Cria mecanismo semelhante para estados, Distrito Federal e municípios - a Desvinculação de Receitas dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios (DREM) -, ficando desvinculadas 30% das receitas relativas a impostos, taxas e multas, não aplicado às receitas destinadas à saúde e à educação. Produz efeitos retroativamente a 1º de janeiro deste ano (BRASIL, 2018).</p> <p>05/10/2016 - Programas assistencialistas – Decreto nº 8.869 de 05 de outubro de 2016 – Institui o Programa Criança Feliz</p> <p>15/12/2016 - Novo Reajuste Fiscal: Emenda Constitucional Nº 95;</p> <p>23/09/2016 a 02/03/2017 – período de vigência da Medida Provisória nº 746/2016</p> <p>16/02/2017 – Aprovação da Lei nº 13.415/2017 - Reforma do ensino médio, flexibilização curricular, o notório saber;</p> <ul style="list-style-type: none"> - A reforma e reestruturação curricular gerida pela BNCC e empresariado, aprovada em 15 de dezembro de 2017 e BNCC do Ensino Médio entregue pelo MEC ao CNE em 03 de abril de 2018 e está em fase de audiências públicas. - Projetos de leis em tramitação da Escola Sem Partido - PL 867/2015 – Câmara dos Deputados e PL 193/2016 – Senado. Em 27 estados brasileiros, 25 tem projeto de lei em assembleias legislativas dos estados e 124 projetos nos municípios. - Desprofissionalização do professor nos sistemas de ensino: contratações de professores não qualificados, sem carreira e com diversas facetas: monitores, assistentes, tutores, cuidadores, voluntários, auxiliares, mãe crecheiras, uberização docente, entre outros; - Assistente de Alfabetização (monitor voluntário) - Fechamento de escolas; - Crescimento de escolas militares no país; - Controle e cerceamento de aulas e Eventos que tratam dos temas “Defesa da Democracia” e “Golpe 2016”; - Ações violentas desencadeadas pelo policiamento da Segurança Nacional aos professores, alunos e servidores públicos em movimentos e protestos de reivindicações dos seus direitos; - Venda de vagas das creches públicas para o setor privado: conveniamento na educação infantil pública; - Proposta do uso compartilhado das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), já construídos e sem funcionamento para abrigarem creches e escolas e cumprir o duplo atendimento como escolas e posto de saúde;

- 20/03/18 – noticiado que o governo queria instituir 40% (representaria dois dias na semana) da carga horária do Ensino Médio regular a distância. Para EJA cogitou-se que 100% da CH seria fora da escola – em debate no CNE e a ser discutido em audiência pública no Senado, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE)

- O não cumprimento de metas do Plano Nacional de Educação, que aliás não foi citado nenhuma vez no documento de plano governamental do PMDB, na cartilha “A Travessia Social: uma ponte para o futuro”(PMDB, 2015);

- Medidas arbitrárias adotadas pelo Ministério da Educação (MEC) com a destituição e esvaziamento do Conselho Nacional da Educação e, praticamente, a destruição do Fórum Nacional da Educação – que, dentre suas competências legais, está a coordenação da Conferência Nacional da Educação de 2018.

- A reforma trabalhista e o projeto de reforma da Previdência, que atingem duramente os profissionais da educação;

- Avaliação em larga escala para a Educação Infantil: Avaliação Nacional da Educação Infantil (ANEI)

- Medidas Provisórias nº 831, 832, 833 e a 834/2018 – Medidas que prevê o crédito já anunciado de R\$ 9,5 bilhões para a chamada "Bolsa Caminhoneiro". Para isso institui cortes que também atingirão o Programa de Reforma Agrária, com R\$ 30,779 milhões, e o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, com outros R\$ 21,750 milhões. As políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres perderam R\$ 661,6 mil.

06/04/2018: Ministro da Educação Mendonça Filho (DEM) exonerou-se do cargo para concorrer as eleições de outubro. Em 07/05/2018, Maria Helena Guimarães de Castro (PSDB), secretária executiva do MEC, solicita a sua exoneração. Como novo ministro da Educação assume Rossieli Soares da Silva que foi secretário da educação básica desde maio de 2016.

03/07/2018 - CNE adia prazo para adaptar cursos de licenciatura à Resolução nº 02/2015. A intenção do CNE é obrigar a vinculação com a BNCC ilegítima e ampliar cursos a distância

04/07/2018 - Após César Callegari renunciar cargo de presidente da Comissão Bicameral da BNCC no CNE por divergências sobre a reforma do ensino médio e a BNCC chegaram ao órgão, Eduardo Deschamps, indicado pelos conselheiros e eleito com maioria dos votos.

O custo aluno qualidade inicial (CAQi) já deveria estar em vigor desde julho de 2016

Encontra-se em tramitação a PEC nº15/15 que torna o Fundeb permanente

Fonte: Elaborado pela autora. Data de atualização em 05/07/2018

No processo de enfrentamento e constituição dessa reforma educacional, nota-se que até mesmo o papel das centrais sindicais e sindicatos que representam os profissionais da educação tem se intensificado. Além de propiciar a organização em defesa dos direitos da classe, devem também estar atento às propostas neoconservadores e ultraneoliberais e atuar na formação de um trabalhador consciente da sua realidade, chamando-o para a luta e mobilização, propiciando a leitura, a compreensão e interpretação da realidade histórica concreta por meio da conscientização, acompanhamento, proteção e segurança ao trabalhador, formação alicerçada em uma resistência ativa. Urge-se por unidade da classe trabalhadora na diversidade. Não apenas para pensar o nosso tempo e ficar nisso mesmo, mas para modificá-lo, como defende Marx em sua III tese sobre Feuerbach (1835, p. 209): “A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora”.

Marx (1845, p. 210) ao esboçar a 11ª tese de Feuerbach em 1835: “Os filósofos não fizeram mais que interpretar o mundo de forma diferente; trata-se porém de modificá-lo”, estava a se referir à filosofia da Práxis, um conceito fundamental para a interpretação do mundo material com os olhos voltados à transformação dele. Mas para que o objetivo final seja atingido, é necessário uma filosofia bem estruturada, um pensamento crítico e um conhecimento científico, dialético da materialidade concreta. A base desse pensar sobre a realidade é a rejeição ao pensamento naturalizado, à filosofia religiosa, no sentido do misticismo, do dogmatismo e da sacralização de ideias. E a dedicação a um forte princípio crítico: o da dúvida. O de nos dispor de ideias convictas, enraizadas em nós desde o berço e que são difundidas de forma acirrada por instituições que advogam e promovem a governança do capital. Para isso, insistimos em falar sim do óbvio. De que a educação é pública, é nossa, pagamos por ela e queremos que se concretize o planejado pelo debate democrático. Modificar a realidade imposta e forjada é o que nos resta ao assumirmos uma posição de resistência ativa diante das reformas neoconservadoras.

A resistência ativa é, pois, indispensável como estratégia de luta por uma escola pública livre das ingerências privadas balizadas pelos interesses do mercado. Nessa fase difícil que estamos atravessando, marcada por retrocesso político com o acirramento da luta de classes lançando mão da estratégia dos golpes parlamentares visando a instalar governos ilegítimos (SAVIANI, 2017, p. 232)

Parte-se do desígnio de que as políticas educacionais atualmente em reforma no Brasil se constituem em representações históricas, com significações que expressam aspectos ideológicos produzidas no contexto de mundialização da economia, na fase de vigência da acumulação financeirizada, flexível e do neoliberalismo. Desenhada por esse contexto, a educação e suas reformas:

[...] trazem embutidas em sua concepção: uma escola (e uma “educação”) flexibilizada para atender as exigências e os imperativos empresariais; uma formação volátil, superficial e adestrada para suprir as necessidades do mercado de trabalho “polivalente”, “multifuncional” e flexível (ANTUNES, 2017, p. 12).

Entende-se que as recomendações políticas para a gestão e o financiamento da educação básica, contidas nos documentos produzidos, nas articulações e atuações estabelecidas com as organizações e organismos internacionais, redes sociais e privadas, têm se concretizado e, também, são mediatizadas por forças e resistências intranacionais, podendo estar ou não expressas em leis, programas e ações do Estado, desenvolvidos ou não no âmbito educacional brasileiro. Nesse sentido, grupos privados e organismos internacionais detêm interesses na condução da política educacional hoje e são também permeados por enfrentamentos e resistências.

Algumas constatações disso pode-se averiguar: a) no surgimento de diversas fundações e grupos privatistas atuando em conveniamentos, gestando escolas por meio das organizações sociais (KOIKE, 2017); b) O Movimento Todos pela Educação tem encabeçado o diálogo político reunindo o empresariado com representantes do setor público de educação; c) O Banco Mundial orienta para a aplicabilidade da Emenda Constitucional N° 95 (BRASIL, 2017) por meio de recomendações constadas no documento “Ajuste Justo” encomendado para propor medidas após a aprovação da EC n° 95; d) Deliberou-se para o financiamento pelo Banco Mundial da implantação da reforma do ensino médio no país: Valor do empréstimo em 2017: 250 milhões de dólares em 5 anos (SENADO, 2018); e) Pacotes

prontos de apostilamentos, planos, formação de professores, consultorias e assessorias aos sistemas de ensino⁷; f) Alinhamento da BNCC à Agenda 2030 e estratégias da OCDE, como se vê essa é uma afirmação que consta na Introdução do próprio documento da BNCC:

[...] a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013), mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) (BRASIL, 2017, p. 08).

Considerando que o Estado que temos é produto da sociedade no estágio em que se encontra o capitalismo e possui o desígnio de colocar a sociedade dentro do contexto de ordem e dos limites do capital, a proposta do atual Governo brasileiro considera em seu Plano Governamental (PMDB, 2016) que para essa efetivação, o Estado deve ser *funcional* e ações para minimizar ainda mais o seu papel na área social têm sido implementadas junto à iniciativa privada:

As discussões sobre o tamanho e o escopo do Estado quase sempre se movem no vazio, porque a questão central é que o Estado deve ser **funcional**, qualquer que seja o seu tamanho. Para ser funcional ele deve **distribuir os incentivos corretos para a iniciativa privada e administrar de modo racional e equilibrado os conflitos distributivos** que proliferam no interior de qualquer sociedade (PMDB, 2016, p. 04. Grifos nossos).

Em especial, diante de um contexto de ajustes fiscais e da reforma trabalhista no Governo Provisório de Temer, que delineiam para uma diminuição do tamanho do Estado na área social, diminuição de investimentos e acirramento de formas exauridas de se gestar a educação, aumentando a parceria com o setor privado, com as organizações sociais, contratações de profissionais da educação sem formação, contratos temporários de trabalho, formas de trabalho intermitente na educação.

Reformar ou (anti)reformar: Para quê?

Assim, cabe nos perguntar: Que reformas educacionais são essas? O que elas representam? Quem representa? Qual o propósito e quais as implicações para a educação pública, para a profissionalização e a carreira do professor/a e na formação de nossos alunos/as? Reformar significa mudar, por em movimento, transformar, remover, etc. Ao tratar sobre o conceito de reforma educativa, consideraremos dois aspectos. O primeiro se refere à existência desde a década de 1990 de uma padronização nas reformas educativas da América Latina com ênfase as categorias políticas de descentralização (SOUZA, 2003), focalização e de mercantilização da educação pública. Outro aspecto a considerar é que as mudanças políticas e econômicas geraram o que entendemos como sendo (anti)reformas atuais na educação pública brasileira.

Com relação ao primeiro aspecto, sabemos que desde anos 1970 com a reestruturação produtiva do capital, na transição do modelo fordista/toylerista para modelo toyotista de produção em pleno contexto latino-americano de governos ditatoriais, a educação foi atingida por reformas educacionais que instituíram modelos educacionais pautados na Pedagogia Produtivista (SAVIANI, 2008) - de modelos tecnicistas, neoconstrutivistas, neotecnicismo à pedagogia das competências.

Com a redemocratização brasileira, em meados da década de 1980 e a partir da década de 1990, por meio das consequências da abertura para o mercado internacional, a globalização econômica e o mercado rentista em sua fase de financeirização do capital, a educação ficou condicionada às propostas políticas de uma agenda mundial, sob os moldes de uma educação flexível. A Pedagogia das Competências direcionou a formação de professores e a sua formação e atuação, tornando os currículos cada vez mais alinhados às propostas de flexibilização curricular, como explicita Kuenzer:

O que o discurso da pedagogia da acumulação flexível não revela é que, ao destruírem-se os vínculos entre capacitação e trabalho pela utilização das novas tecnologias, que banaliza as competências, tornando-as bastante parecidas e com uma base comum de conhecimentos de automação industrial, a par da estratégia *toyotista* de definir a produção pela demanda, o mercado de trabalho passa a reger-se pela lógica dos arranjos flexíveis de competências diferenciadas (KUENZER, 2017, p. 340).

No âmbito das políticas sociais acirrou-se a política do desenvolvimento sustentável para a amenização da pobreza, paz mundial, controle do meio ambiente, presente atualmente na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), com suas 17 metas e 169 estratégias (AÇÃO EDUCATIVA, 2017).

No âmbito político partidário, importante salientar que desde o início do Século XXI, a esquerda ganhou as eleições na maioria dos países latino-americanos, em uma influente onda de rejeição popular das calamitosas políticas neoliberais dos governos anteriores. Todavia, nesse contexto, temos que distinguir os dois tipos de governos de esquerda que tivemos na América Latina. Löwy (2016) sintetiza de forma esclarecedora que os governos do contexto latino-americano foram:

- a) Os governos de coalização social-liberais: esses não rompem com os fundamentos do *Consenso de Washington*⁸, todavia, realizam várias medidas sociais progressistas. O princípio básico desse governo é fazer tudo o que é possível para defender os pobres, com a condição de não tocar nos privilégios dos ricos... Aqui se enquadram os governos de esquerda ou centro-esquerda do Brasil (antes da crise atual), do Uruguai e do Chile. Também denominado por Boito Jr de governo neodesenvolvimentista.
- b) Governos antioligárquicos, antineoliberais e anti-imperialistas, que colocam como horizonte histórico o “socialismo do século XXI”. Venezuela, Bolívia e Equador pertencem a essa categoria (LÖWY, 2016, p. 63).

No atual contexto, especificamente a partir de 2013, é perceptível que as mudanças recentes estão a aniquilar as conquistas democráticas construídas no Brasil nos mandatos de Lula (2003-2011) e Dilma (2011-2016) relativas a educação pública e à ampliação do direito de todos à educação; bem como a mostrar que a efetivação dos interesses privatistas estão intrinsecamente ligados aos interesses do mercado financeiro do capitalismo nacional e internacional, em novas ondas de expansão do pensamento conservador.

A ideia de reformar está intimamente relacionada a intenção de desenvolvimento e progresso. Salienta Souza (2003) que as reformas mais atuais possuem suas bases em postulados do individualismo liberal, o que acarreta em ações problemáticas:

[...] muitas vezes, o conjunto de problemas a ser solucionado pelas reformas educacionais é desconsiderado por elas, na medida em que essas têm muito pouca relação (para não dizer nenhuma!) com a cultura e o cotidiano da escola e estão muito

mais voltadas a legitimar as formas de organização das sociedades industriais contemporâneas (SOUZA, 2003, p. 25).

Diante dessa consideração, entende-se o cenário atual como (anti)reformas, pois não dão continuidade ao encaminhamento das políticas anteriores, retrocedendo o avanço da democracia e da justiça social. Souza (2003, p.27) nos proporciona elementos para inquirir se as reformas educacionais estão voltadas para as mudanças radicais. Na visão do autor, pode-se afirmar que aparentemente sim, todavia isto nem sempre ocorre, conforme expressa:

[...] muitas vezes o objetivo da reforma é somente transformar ou romper com uma dada prática social, mas ao desconsiderar as formas pelas quais as escolas reagem ao recebimento das suas determinações, as reformas falham, mesmo que parcialmente. E ainda, e principalmente, **em alguns casos as reformas buscam mudar tudo para deixar tudo do mesmo jeito que estava...** (SOUZA, 2003, p.27).

Uma política pública é elaborada e colocada em ação por meio de uma reforma, possui intencionalidades, objetivos, público alvo, mecanismos de financiamento e implementação. Ao tratar de uma política pública, sua elaboração deve essencialmente primar pelo debate público, sobretudo quando os objetivos deverão focar a sociedade e não os agentes privados. Contudo, defendemos que no processo atual o que está a ocorrer é um conjunto de medidas intermitentes que se configuram em (anti)reforma, pois destituiu o debate público de forma arbitrária, despreza a opinião de estudantes, trabalhadores da educação e especialistas da área.

No que tange a reforma do ensino médio, a primeira edição como Medida Provisória (MP), seguida com a dissolução do Fórum Nacional de Educação (FNE), composto democraticamente por entidades da sociedade que deveriam dialogar e opinar sobre a BNCC, “foram ações calculadas do governo ilegítimo para cercear o debate público, facilitando a aprovação de suas (des)medidas” (CNTE, 2018, p. 15). Kunzer relembra que entre as principais críticas merece destaques:

[...] o repúdio à forma autoritária que orientou todo o processo, desde a elaboração da proposta inicial [...], à edição da Medida Provisória aprovada em setembro de 2016, à apresentação, rápida discussão e aprovação do Projeto de Lei que reproduziu a medida provisória em fevereiro de 2017, tudo em prazo exíguo, sem que fossem abertos espaços para o debate aprofundado pelos docentes, especialistas, pesquisadores e estudantes que atuam, estudam e sofrem a realidade do ensino médio no Brasil (KUENZER, 2017, p. 336).

A (anti)reforma curricular e a (anti)reforma do Ensino Médio em andamento, por meio da Lei Nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017) nos trará consequências de uma homogeneização por meio de um currículo único em nível nacional. Nesse sentido, destacamos algumas decorrências que serão incorporadas como resultado desse processo antirreformista que se instala no país. Dentre eles, “a segregação educacional que tem como pretensão desafogar a demanda no ensino superior público para atender os meios de produção capitalista com larga oferta de mão de obra barata” (CNTE, 2018, p.07). Conforme já afirmava Mendes (2016, p. 02), logo após a instituição do governo provisório de Temer:

No caso do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, o que se espera é um recrudescimento da vontade de impor as Bases Nacionais Curriculares como uma das principais políticas de Estado. Do mesmo modo, as diretrizes traçadas anteriormente por esse grupo consideram fundamental uma maior vinculação do Ensino Médio ao mercado de trabalho, desmantelando o que consideram um excessivo viés acadêmico

desse nível de ensino. Certamente a formação para o trabalho, entendida num sentido muito pragmático, assim como as avaliações sistêmicas se imporão como nunca como critérios para aferição da qualidade da educação. Outra consequência será o aprofundamento da adesão dos sistemas escolares ao uso intensivo de materiais didáticos uniformizados e multimeios. Vale deixar claro que a confecção de materiais é de interesse de grandes conglomerados mercantis, o que implica no crescimento de parcerias com o setor privado (MENDES, 2016, p. 02).

Com relação as implicações na valorização e na carreira dos professores, há ainda uma tendência de retirar o docente do seu protagonismo, do seu pensar e refletir sobre o conhecimento a ser compartilhado, já que, pelo uso desse tipo de material uniformizado, haverá um caminho único a percorrer. A BNCC e a forma como ela está sendo pensada em seu processo de aplicabilidade pode promover no país o que é um saber oficial legitimado. Outro risco que é o de assemelhar a atividade do professor em um monitor. Tendência que tem se afirmado com as diversas facetas do professorado criadas no país nas últimas décadas. Sob esse aspecto da profissionalização dos professores, Ozga (2001) já evidenciou em suas análises que esse tipo de política tem possibilidade objetiva de instituir novas formas de controle aos professores, ao invés de elevar a qualificação da profissão, pois

Os sistemas educativos são reestruturados de modo a atingir estes resultados, o que requer um grande intervencionismo e orientações prescritas por parte do Governo central, sendo suportados por fortes políticas de gestão adaptadas à educação, ao nível das instituições. Requer, ainda, obviamente uma definição de profissionalismo docente que aceite o controlo central, a escolha de conteúdos e de processos educativos e uma gestão igualmente responsável pela vigilância e pela avaliação de resultados (OZGA, 2001, p. 58).

Destaca-se o reducionismo de conteúdo com a prioridade para as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática o que resultará na institucionalização definitiva de Exames Nacionais objetivos que privilegiam a resposta ao item e não ao raciocínio que embasou essa resposta, ou seja, considerará apenas o produto e não o processo. Perspectiva que reduz o ensino apenas ao treino frente a situações padronizáveis, minimizando a possibilidade de uma aprendizagem significativa (CNTE, 2018). De acordo com Kunzer (2017) temos como consequência da superficialização do processo educativo a redução de conhecimentos a narrativas sobre as atividades cotidianas, fenômeno denominado de recuo da teoria (MORAES, 2003) e, ainda, assentados no campo da epistemologia da prática (SCHÖN, 2000). Ressalta Kunzer que:

Sem a mediação da teoria, e sem referência à materialidade, o conhecimento resulta da reflexão prática sobre a prática, sem que se supere o senso comum ou o conhecimento tácito, resultante da negação da teoria; declarada a impossibilidade de conhecer e, dessa forma, negado o caráter científico do conhecimento produzido em decorrência de seu viés cultural e de exercício de poder (KUENZER, 2017, p. 345).

Diante dessas proposições existe ainda a possibilidade de os conteúdos da BNCC se tornarem o todo daquilo que será ministrado, uma vez que esses conteúdos é que serão requisitados nos exames nacionais. Nesse sentido, o estudo proposto pela CNTE (2018) também adverte que teremos perdas importantes com relação ao legado multiétnico que a sociedade brasileira vinha construindo, apagamento cultural de legados importantes mediante adesão acrítica a culturas neoconservadoras e hegemônicas, o que implicará em menos conteúdos para a formação humanística e cidadã. A tendência neoconservadora é

religiosa no país representada pelas bancadas religiosas, como ressalta Cunha (CUNHA, p. 280) pela “bancada religiosa cristã genérica” que encamparam propostas retrógradas e influenciaram em medidas presentes nos planos estaduais e municipais da educação, no ensino religioso descrito na BNCC e em projetos de lei da Escola Sem Partido.

Por último, a possibilidade de privatização de um currículo flexível, admitindo-se, neste caso, a contratação de professores por “notório saber” para a formação técnica e profissional. Essa contratação traz como consequência o enxugamento do magistério nas redes públicas, que sob à luz da reforma trabalhista, Lei nº 13.467, (aprovada em 14 de julho de 2017 – altera as Consolidações das Leis do Trabalho), o Poder Público priorizará ainda mais contratos precarizados e/ou terceirizados. Sobre esse aspecto, Kuenzer alerta que:

Essa precarização atinge a formação e a contratação de docentes, em um nítido processo de desprofissionalização, ao se admitir o notório saber para ministrar conteúdos em áreas afins à sua formação e experiência profissional. Fecha-se, dessa forma, o círculo da precarização dos processos educativos sistematizados, ao admitir o conhecimento tácito do docente em substituição à sua formação qualificada: acesso restrito à teoria por trabalho intelectual pouco complexo (KUENZER, 2017, p. 345).

Essa mesma recomendação também aparece expressa no documento *Ajuste Justo* (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 17 e 18) no qual o Relatório encomendado pelo Governo Federal apresenta uma análise aprofundada dos gastos do governo, com o foco no orçamento federal e nas finanças subnacionais, com o intuito de propor revisão das Despesas Públicas (PER) baseada no Novo Regime Fiscal - EC nº 95/2016 (p.17 e 18). Para colocar em prática a EC nº 95, o documento sugere algumas medidas como a redução salarial, reforma do sistema previdenciário (p.70), recompensas por melhor desempenho do servidor público, atrair profissionais do setor privado, terceirização de serviços e sistema rigoroso de avaliação de desempenho e rever os planos de carreira. O Relatório expressa que os planos de carreira “deveriam ser baseados na aquisição de competências e no desempenho”. Segundo o documento há um número excessivo de professores e para diminuir os gastos deve-se aumentar o número de alunos por professor (p. 129). Propõem o aumento de eficiência por meio de bônus e avaliação por desempenho (p. 131). Destaca ainda que o Ensino Superior Gratuito pode estar perpetuando a desigualdade no país (p. 136) e recomendam que deve-se limitar os gastos por aluno nas Universidades Públicas cobrando tarifas escolares e expandindo os programas como o PROUNI e o FIES em Universidades Públicas (p. 138).

Conclusão

Ao concluir esse preúncio que submerge na amplitude do tema em andamento, temos a pronunciar que mediante o emaranhado e complicado contexto em que vivemos, o que temos a fazer é exercer o nosso papel político, de intelectuais orgânicos, autoconscientes, imbuídos no enfrentamento dessa realidade de antireformas neoconservadoras, antidemocráticas e austeras. E esse enfrentamento deve se dar por meio de uma resistência ativa para “[...] uma radical mudança que nos leve para além do capital, no sentido genuíno educacionalmente viável do termo” (MÉSZÁROS, 2008, p. 25), pois:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade [...] (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

Concernente a isso se faz necessário que sejamos desejosos e capazes de nos identificarmos com uma transformação historicamente progressiva de sua sociedade, pois nas palavras do autor, o papel da educação deve ser entendido como o “[...] desenvolvimento contínuo da consciência socialista, é sem dúvida um componente crucial desse grande processo transformador” (MÉSZÁROS, 2008, p. 115).

Encerramos com uma única certeza, a de que o nosso olhar para a educação deve estar além do horizonte, pautado em uma outra dimensão e imbuído por meio da resistência ativa a uma rejeição de um projeto educacional excludente. Necessitamos de uma educação pautada em uma dimensão realmente humana, porém em condições concretas. O trabalho educativo que desenvolvemos deve contribuir com a compreensão e denúncia da realidade. Devemos ancorar nosso debate sobre as reformas educacionais centrado na luta pela educação pública de qualidade a todos/as e na diminuição das desigualdades sociais.

Encerra-se esse texto com a certeza de que o debate acerca dessa temática ainda está inconcluso, necessita de soluções, ações concretas e merece ser ampliado pelos intelectuais orgânicos, no bojo da luta de classes, pois, como confessa Frei Betto, ainda “Me resta um fio de esperança...”

Meu fio de esperança se prende aos movimentos sociais. Não são perfeitos. Neles há também oportunistas e corruptos. Mas estes são exceções. Porque a base da maioria dos movimentos é a gente pobre que luta com dificuldade para sobreviver. Essa gente costuma ser visceralmente ética. Não acumula, partilha. Não se entrega, resiste. Não se deixa derrotar, levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima. Não sei o que será do nosso Brasil nos anos vindouros. Sei apenas que fora dos movimentos sociais a nação não tem salvação (BETTO, 2016).

Referências

AÇÃO EDUCATIVA. A implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil e os desafios das metas em educação. 2017.

ANTUNES, R. Da educação utilitária fordista à da multifuncionalidade liofilizada. Trabalho Encomendado GT11 - Política de Educação Superior. 38ª Reunião Nacional da ANPED. São Luis do Maranhão: UFMA, 2017. Disponível em <
http://38reuniao.anped.org.br/programacao/2?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=14>
Acesso em 14/06/2018.

BANCO MUNDIAL. Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Volume I. 2017. Disponível em <
<http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/Volume-I-s%C3%ADntese>>
Acesso em 05 de julho de 2018.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. 2017

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016

BRASIL. SENADO FEDERAL. Proposta de Emenda Constitucional nº 31/2016. Disponível em
<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126094> Acesso em 05.07.2018

- BETTO, F. Meu fio de esperança. *Correio da Cidadania*. 30 de maio de 2016. Disponível em <<http://www.correiocidadania.com.br/columnistas/frei-betto/11701-30-05-2016-meu-fio-de-esperanca>> Acesso em 04 de junho de 2018
- BRECHT, B. Aos que vieram depois de nós. *Carta Maior*, 2005. Disponível em <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Aos-que-virao-depois-de-nos/12/7490>> Acesso em 05 de junho de 2018
- CALEGARI-FALCO, A. M.; MOREIRA, J. A. da S. A gestão do trabalho pedagógico em espaços escolares e não escolares: um debate acerca da formação do pedagogo no Brasil. *Boletim Técnico do Senac*, Rio de Janeiro, v.43, n.1, p. 256-273, jan./abr. 2017. Disponível em <<http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/417/377>> Acesso em 04 de junho de 2018.
- CNTE. Reforma do Ensino Médio e BNCC. *Cadernos de Educação*. Ano XXII, N. 30, jan./jun. 2018.
- CUNHA, L. A. A entronização do ensino religioso na base nacional curricular comum. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n.º. 134, p.266-284, jan.-mar., 2016
- HOBBSAWM, E. J. *A Revolução Francesa*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1996.
- KOIKE, B. Ensino básico atrai faculdades, fundos e até jogador de futebol. São Paulo: *Jornal Valor Econômico*. 11 de setembro de 2017. Disponível em <https://www.valor.com.br/empresas/5113586/ensino-basico-atrai-faculdades-fundos-e-ate-jogador-de-futebol> Acesso em 04.06.2018
- KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 38, n.º. 139, p.331-354, abr.-jun., 2017.
- LÖWY, M. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, p. 61-67, 2016.
- MARX, K. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004
- MARX, K. *Teses sobre Feuerbach*. Obras escolhidas. V3, São Paulo: Alfa e Ômega, p. 208-210, 1835.
- MARX, K.; ENGELS, F. *O manifesto do partido comunista*. Obras escolhidas. V. 1. São Paulo: Alfa e Ômega, p. 21- 47, 1847.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MENDES, L. A educação em tempos sombrios: perspectivas para a educação no governo Provisório de Temer. *Blog do Pensar*: 26.05.2016
- MOREIRA, J. A. da S. *Políticas de Financiamento e Gestão da Educação Básica (1990-2010): os casos Brasil e Portugal*. Maringá: EDUEM, 2015.
- OZGA, J. *Investigação sobre políticas educacionais: terrenos de contestação*. Porto: Porto Editora, 2001.
- PMDB. *Fundação Ulisses Guimarães. Uma ponte para o futuro*. Brasília, 2015.
- SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: SP: Autores Associados, 2008.
- SAVIANI, D. A crise política no Brasil, o golpe e o papel da educação na resistência e na transformação. In: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana, LUCENA, Lurdes. *A crise da democracia brasileira*. Uberlândia: Editora Navegando, 2017.
- SCHÖN, D. A. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. São Paulo: Artes Médicas, 2000.
- SENADO. Autorizado empréstimo para investimento no Programa do Novo Ensino Médio. 14/04/2018. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/04/17/autorizado-emprestimo-para-investimento-no-programa-do-novo-ensino-medio>> Acesso em 08 de julho de 2018.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. Política educacional. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, M. A. O Consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. Revista da Faculdade de Educação Linhas Críticas – UNB. V.11, n.21, p. 255-264, 2015.

SOUZA, Â. R. Reformas educacionais: descentralização, gestão e autonomia escolar. Educar, Curitiba: Editora UFPR, n. 22, p. 17-49, 2003.

SOUZA, Â. R. A política educacional e seus objetos de estudo. Revista de estudos teóricos y epistemológicos en política educativa. v. 1, n. 1, pp. 75-89. 2015.

Notas:

¹ Docente Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) e do Departamento de Teoria e Prática da Educação (DTP) da Universidade Estadual de Maringá. Líder do Grupo de estudos e pesquisas em políticas educacionais, gestão e financiamento da educação - GEPEFI/CNPq. Email: professorajani@hotmail.com

² Utilizamos os conceitos expressos em Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844 (MARX, 2004), nas Teses sobre Feuerbach (MARX, 1835) e na A Ideologia Alemã (MARX; ENGELS, 1986). O conceito de Homem está expresso em seu sentido humano-genérico

³ Processo social e político ocorrido na França entre 1789 e 1799, no Século XVIII

⁴ Expressão proferida pelo colunista Marcos Augusto Gonçalves na Folha de São Paulo, em matéria publicada em 22 de maio de 2017 e intitulada “Tempos Bicudos”.

⁵ Um exemplo disso foi a recente aprovação em plena Copa do Mundo, em 25 de junho de 2018, do PL 6299/2002 da Bancada Ruralista maioria na Comissão Especial da Câmara que analisa o Projeto de Lei dos Agrotóxicos. Essa comissão aprovou, por 18 votos a 9, o relatório do deputado Luiz Nishimori (PR-PR) que flexibiliza o uso de pesticida cuja a fórmula são compostas por substâncias consideradas cancerígenas. Em seguida, tendo o mesmo deputado relator, em 02 de julho de 2018, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que restringe a venda direta de produtos orgânicos para o consumidor em grandes redes de supermercados como Pão de Açúcar, Extra, Carrefour, Walmart estariam impedidas de vender produtos orgânicos e teriam de recorrer a alimentos em cuja produção não há o controle do uso de agrotóxicos.

⁶ Essa expressão é utilizada por Giovani Alves (2017, p.134) ao afirmar que a natureza do Golpe 2016 é “jurídico-parlamentar e midiático”.

⁷ Ver: Porvir e Instituto Inspirare

⁸ Para aprofundamento indico o artigo de Maria Abádia da Silva publicado na Revista Linhas Críticas em 2005 e intitulado “O Consenso de Whashington e a privatização da educação brasileira” (SILVA, 2005, p. 256).

Recebido em: 10/07/2018

Acesso em: 21/08/2018